

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.727 - SP (2019/0009649-2)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : F R T
ADVOGADO : FÁBIO RODRIGO TRALDI (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP148389
AGRAVANTE : P T E T
ADVOGADOS : DENIVALDO BARNI - SP051448
DENIVALDO BARNI JÚNIOR - SP235518
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por F R T em face da decisão acostada às fls. 508-509 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pelo ora agravante.

O apelo extremo, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 305-308 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO TUTELA DE URGENCIA – PEDIDO DE PROIBIÇÃO DE A PARTE CONTRÁRIA EXTINGUIR O CONDOMÍNIO ANTES DA SENTENÇA DECISÃO QUE DEFERE O PEDIDO PARA O FIM DE A PARTE CONTRÁRIA SE ABSTER DE ALIENAR SEUS DIREITOS SOBRE O IMÓVEL INCONFORMISMO DA PARTE BENEFICIADA PELA DECISÃO, COM FUNDAMENTO EM QUE O JUÍZO TERIA RECONHECIDO DIREITO REAL DA PARTE CONTRÁRIA INCONSISTÊNCIA DO RECURSO DECISÃO MANTIDA Em ação de divórcio, a parte que pede decisão que proíba a parte contrária de “extinguir o condomínio” de determinado imóvel não pode reclamar se a decisão acolhe seu pedido e impõe a abstenção da parte contrária quanto à alienação de seus direitos sobre o imóvel, em cognição superficial, à luz do artigo 300, do CPC, sem discutir ou reconhecer direito real das partes sobre o imóvel - NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO.

Opostos embargos de declaração (fls. 349-354 e 386-398 e-STJ), restaram desacolhidos (fls. 364-366 e 404-406 e-STJ).

Nas razões de recurso especial (fls. 410-431 e-STJ), alegou o insurgente que o acórdão recorrido violou os seguintes dispositivos de lei federal: *(i)* artigo 1.022, inc. II, do CPC/15, porquanto não sanada contradição/omissão apontada nos aclaratórios; *(ii)* artigo 507 do CPC, sustentando a preclusão da questão relativa aos bens adquiridos antes de 2007.

Contrarrazões às fls. 478-497 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre indicando a inexistência de vícios na decisão recorrida, a insuficiência de fundamentação recursal e por aplicação da Súmula 7/STJ.

Inconformado, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 512-522 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminuta às fls. 561-581 e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal não merece prosperar.

1. De início, em relação ao artigo 1.022, inc. II, do CPC/15 alegou o recorrente que o acórdão impugnado restou omissa pois teria deixado de apreciar a tese de preclusão.

Todavia, o reconhecimento de negativa de prestação jurisdicional pressupõe, nos termos da jurisprudência desta Corte, o preenchimento dos seguintes requisitos: *(a)* que a questão tenha sido levantada oportunamente; *(b)* a oposição de aclaratórios apontando, em específico, a omissão, contradição, obscuridade ou erro material; *(c)* a relevância do tese supostamente omitida, ou seja, que sua análise possa modificar a conclusão do julgamento; e *(d)* a inexistência de fundamento autônomo suficiente para manter o acórdão.

Nesse sentido: **EDcl no AgInt no AREsp 1207830/SP**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/11/2018, DJe 16/11/2018; **AgInt no AREsp 1294687/SP**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 18/09/2018; **EDcl no AgInt no REsp 1659455/RS**, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018; **AgInt no REsp 1497035/RS**, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 29/08/2017; **EDcl no REsp 1593380/CE**, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 24/11/2016.

No caso, observa-se que a tese da **preclusão** não foi formulada por ocasião das contrarrazões ao agravo de instrumento (fls. 276-288 e-STJ) apresentadas pelo ora insurgente junto à Corte de origem, vindo a ser levantada, tão somente, por ocasião dos embargos de declaração (fls. 386-398 e-STJ).

Assim, não há que se falar em omissão, tendo em vista que a tese não foi levantada oportunamente, evidenciando-se a inovação recursal em sede de embargos de declaração.

2. No mérito, por conseguinte, não há como se conhecer da tese de ocorrência de preclusão, tendo em vista a ausência de prequestionamento.

Nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior, *"para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal."* (AgRg no AREsp 519.518/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 25/05/2018).

No mesmo sentido, citam-se: **AgInt no REsp 1668409/MG**, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 24/05/2018; **AgInt no REsp 1599354/PR**, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 30/11/2016; **AgInt no AREsp 1081236/RS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 05/09/2017.

Assim, uma vez que o Tribunal de origem não proferiu decisão a respeito da controvérsia trazida a esta Corte Superior, em que pese a oposição de aclaratórios, é inviável conhecer o recurso especial, uma vez ausente o requisito do prequestionamento, conforme óbice da Súmula 211/STJ.

3. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, nega-se provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

